

Maria Thereza Silveira de Barros Camargo: uma biografia



Figura 1. Maria Thereza Silveira de Barros Camargo, década de 1930
Acervo: Museu Major José Levy Sobrinho

Maria Thereza, filha legítima do Doutor João Baptista da Silveira Mello e de D. Maria Amelia de Moraes Silveira nasceu em Piracicaba/SP, no dia 12 de novembro de 1894, às oito horas da manhã. Eram seus avós paternos, Joaquim da Silveira Mello e D. Anna Theolinda da Silveira Mello e, avós maternos, o Doutor Prudente José de Moraes Barros e D. Adelaide Benvinda de Moraes Barros, conforme certidão lavrada pelo oficial do registro civil em 31 de agosto de 1895. Maria Thereza era a neta mais velha de Prudente de Moraes, parlamentar da província de São Paulo (1868-1889) e o primeiro civil eleito por voto direto, a ocupar a presidência da República do Brasil (1894-1898). No Palácio do Itamaraty, foi batizada pelo Cônego João Carlos da Cunha, Vigário da Freguesia de Sant'Anna da Capital Federal, em 17 de setembro de 1895. Foram padrinhos os avós maternos¹.

Maria Thereza Silveira Mello, cursou a escola normal e se formou professora. Em Piracicaba, conheceu o engenheiro Trajano de Barros Camargo, filho do Cel. Flaminio Ferreira de Camargo e de D. Candida Virgínia de Barros, descendentes dos antigos povoadores de Limeira. Maria Thereza e Trajano casaram-se, em 1914, no Rio de Janeiro. Tiveram nove filhos: Nelson, Flávio, Renato, Flaminio, Trajano, Prudente e Maria Thereza. Luiz e David morreram antes do primeiro ano de vida.

Trajano de Barros Camargo faleceu aos 40 anos de idade, em 08 de abril de 1930. Maria Thereza, com sete filhos menores de idade, teve que assumir os negócios

¹ Documentos do acervo de Trajano de Barros Camargo Filho, disponibilizados em entrevista com Julio Cesar de Barros Camargo, em 2020.

do marido, em Santos, em Brotas e, em Limeira, a Machina S. Paulo. Essa indústria, fabricante de máquinas de beneficiamento de café teve, na década de 1920, um grande crescimento, com a invenção pelo Dr. Trajano de um descascador de café por impacto.

O município de Limeira era basicamente agrícola, com destaque para a citricultura, mas estava se industrializando. Conforme o jornal Gazeta de Limeira, Suplemento Histórico 1826-1980 (p. 40-41), havia na cidade, fábricas de chapéus, fósforos, pregos, caixas, máquinas de beneficiamento de café e de arroz, calçados (sandálias), máquinas de implementos agrícolas, torrefação de café, papelão, aguardente, licores e vinhos de laranja e de uva, sacas de papel, fogos de artifício, gravatas e lenços, móveis e artefatos de madeira, tipografia e serrarias.

Na Machina S. Paulo, Maria Thereza ao assumir a direção da empresa, junto com seu filho primogênito, Nelson, de 15 anos, constituiu uma gráfica, em 1931,

[...] com equipamentos de um pequeno órgão de imprensa desativado, tornando-se uma das mais modernas e completas gráficas de todo o Brasil, na época. A Machina imprimia material de uso próprio, catálogos publicitários, boletins e outros. Merece destaque que, em 1932, Maria Thereza imprimiu os boletins da revolução constitucionalista, que eram vendidos em Limeira e região, colaborando com os soldados revolucionários, com impressão tipográfica em várias cores, e em policromia (INFORMATIVO DA DIVISÃO DO ACERVO HISTÓRICO, 2016, p.3).

Assim, Maria Thereza Silveira de Barros Camargo iniciou sua carreira política. Decisão “natural” por ser oriunda de família de tradição política e ter sido esposa de Trajano de Barros Camargo que, entre 1918 e 1930, foi vereador em duas legislaturas, membro da Comissão de Finanças, da Comissão de Obras Públicas e Presidente da Câmara Municipal de Limeira.

A atuação política de Maria Thereza foi possível porque o Decreto no. 21.076 24, de fevereiro de 1932 instituiu o Código Eleitoral que, na Primeira Parte, no Art. 2º. afirmou: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos², sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código”, e no Art. 4º. “Não podem alistar-se eleitores: os mendigos; os analfabetos; as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior”³. Outras inovações introduzidas: a criação da Justiça Eleitoral (Art. 5º), o estabelecimento do voto secreto (Art. 57) e a representação classista (Art. 58). Ribeiro (2010) ressalta que nas disposições transitórias, no artigo 121, “que os homens com mais de 60 anos e as mulheres em qualquer idade podiam isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral. Logo, não havia obrigatoriedade do voto feminino”. O Código Eleitoral entrou em vigor trinta dias após a sua publicação.

² Idade alterada para 18 anos, na Constituição de 1934.

³ Disponível em: <https://www.2camara.leg.br> Acesso em: 10 dez. 2022.

Getúlio Vargas, chefe do movimento militar que depôs o presidente Washington Luís, assumiu a chefia do governo provisório, em 24 de outubro de 1930. Os conflitos políticos entre os tenentes e as oligarquias tradicionais não foram resolvidos. Em São Paulo, eclodiu a Revolução Constitucionalista, no dia 9 de julho de 1932, apoiada por grupos militares e por civis armados.

Em Limeira,

[...] Maria Thereza imediatamente resolveu dar seu apoio às tropas paulistas que lutavam contra o governo de Vargas. Entre outras iniciativas, criou e dirigiu a oficina de costura de fardas para os soldados, o Banco de Sangue e o corpo de enfermeiras e auxiliares da Santa Casa de Limeira, onde os combatentes constitucionalistas feridos recebiam tratamento (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 411).

Sem adesão de outros estados, a revolta paulista foi vencida pelas tropas federais após três meses. Em 1933, foram realizadas as eleições para a Assembleia Constituinte e, no dia 16 de julho de 1934, promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, a segunda do período republicano. Ela preservava o federalismo, o presidencialismo e a independência dos três poderes. A legislação trabalhista apresentada como “concessão” pelo governo foi, na realidade, fruto de lutas anteriores da classe trabalhadora que, organizada, segundo o governo e o empresariado, poderia aderir à propaganda do anarquismo e do comunismo. Todavia, não deixou de trazer benefícios para o trabalhador como

No [...] artigo 21, proibiram-se as diferenças salariais com base em diferenças de sexo, idade, nacionalidade ou estado civil. Foram estabelecidos salários-mínimos regionais; jornada de trabalho de oito horas; descanso semanal; férias anuais remuneradas; indenização do trabalhador em caso de demissão sem justa causa; regulamentação das profissões; proibição do trabalho a menores de 14 anos, de trabalho noturno para menores de 16 anos, de trabalho reconhecidamente nocivo à saúde aos menores de 18 anos e às mulheres (KOSHIBA, 1996, p. 279-280)

Nesse mesmo ano de 1934, em 24 de fevereiro, Armando de Salles Oliveira, interventor federal de S. Paulo, fundou o Partido Constitucionalista. A presidente do diretório local era Maria Thereza Silveira de Barros Camargo, nomeada por ele para o cargo de prefeito do município de Limeira, em 05 de julho. Ela se tornou a primeira prefeita do Estado de S. Paulo⁴.

A posse ocorreu em São Paulo, em 16 de julho de 1934, no gabinete do secretário da interventoria federal, com o comparecimento de “todos os secretários de Estado, o chefe de Polícia, o director do Departamento de Administração, toda a diretoria da Associação Cívica Feminina e inúmeras outras autoridades e famílias especialmente convidadas”, conforme noticiou o jornal O Estado de S. Paulo, do dia 17 de julho de 1934. O discurso do Dr. Marcio Munhoz ressaltou os méritos da prefeita,

⁴ Luzia Alzira Teixeira Soriano foi a primeira mulher eleita prefeita no Brasil, em 1928, pelo Partido Republicano [Federal], em Lajes, município do interior do Rio Grande do Norte. A legislação eleitoral do RN foi a pioneira ao permitir o alistamento de mulheres, em 1927 (Folha de S. Paulo, 21 fev. 2022, A 6).

“uma authentica homenagem á mulher paulista”. O pronunciamento de Maria Thereza Nogueira de Azevedo fez referência à mulher paulista e ao papel que desempenhou na Revolução Constitucionalista. “Mais do que ninguém, a mulher paulista, em face da grande idéa que foi o facho de luz acceso a nove de Julho de 1932, esteve á altura de sua missão”

Em um dos trechos do discurso, a prefeita empossada afirmou:

[...] “Tarefa difficil, bem sei, a administração publica, principalmente quando os interesses se entrechocam: de um lado a luta política partidária, extremada, avassalando os espiritos e conturbando-lhes o discernimento para encarnar com isenção os actos do administrador; do outro a necessidade publica, o socego, a tranquillidade de um povo ordeiro e trabalhador confiando que a administração se inspire na Justiça, visando o bem colectivo.”(O ESTADO DE S. PAULO, 17.jul.1934)

A posse, em Limeira ocorreu no dia 19 de julho, no Paço Municipal, às 19 horas. A transmissão do cargo foi feita pelo secretário da Prefeitura, José Marciliano da Costa Junior, prefeito interino, conforme a Acta de Posse⁵. Foram entregues à Prefeita, os livros de escrituração e arquivo, os valores existentes no cofre forte, em moeda papel, em prata, em níquel, no total de 10:252\$900 (dez contos, duzentos e cinquenta e dois mil e novecentos réis). A ata lavrada e assinada por José Marciliano da Costa Junior foi seguida por 114 assinaturas. A prefeita falou

[...] da satisfação que experimentava, não sem emoção, em assumir a responsabilidade de tal investidura prometendo trabalhar por Limeira com o devotamento de quem se sente guiada pelo espírito mais querido que iluminou a sua vida, qual o Dr. Trajano de Barros Camargo, cujo culto à memoria constitue um dever cívico de todo bom limeirense (GAZETA DE LIMEIRA, 22 julho 1934).

De acordo com a matéria do jornal, foi realizada uma sessão cívica no Teatro da Paz, seguida pelo baile no Limeira Clube.

Um dos primeiros atos da prefeita foi a criação da Escola Profissional Mixta Primária de Limeira (Acto Municipal 39, de 05 de setembro de 1934), porque Limeira “se ressentia da falta de ensino profissional para a educação technica de seus filhos”, e porque sua instalação “é uma das grandes aspirações do povo desta terra”, dentre outras considerações. Já com a denominação de Escola Profissional Mixta Dr. Trajano Camargo ofereceu cursos de mecânica, marcenaria, corte e confecção, desenho técnico profissional e alfabetização, alguns no período diurno e, outros, no noturno. A Machina S. Paulo doou as primeiras máquinas para o funcionamento da escola e recebeu os alunos para práticas nas suas oficinas.

Do orçamento para o ano de 1935 (Acto Municipal 41- A, p. 169) constam as receitas e as despesas. Da escola profissional, a prefeitura pagava os mestres, as mestras e professores, a educadora sanitária, o guarda-livros, o porteiro, os serventes, o médico de puericultura, no total de catorze pessoas, com vencimentos anuais que

⁵ Livro de Atas da Câmara Municipal de Limeira, 1925-1936, p. 140-142.

variavam de 5:400\$00 a 1:440\$00. O diretor era nomeado pelo estado e pago pela prefeitura (sem divulgação do valor). Com o material, o gasto alcançava 75:000\$000 (setenta e cinco contos de réis) de uma receita municipal de 900:000\$000 (novecentos contos de réis), ou seja, 8,33% do total.

A escola profissional primária teve breve existência - de 1934 a 1939. Ocupou o prédio sobrado pertencente à família do Dr. Trajano de Barros Camargo, situado à Rua Barão de Cascalho, no. 25, esquina com a Rua Tiradentes. O edifício está muito degradado, nos dias atuais.

O Decreto nº 9422, de 17 de agosto de 1938, publicado no D.O.E. de 18 de agosto⁶, transferiu para o Estado os encargos da Escola Profissional Mixta Dr. Trajano Camargo. Entre outras providências, manteve, em caráter precário, todos os funcionários administrativos e docentes e igualou os seus vencimentos aos dos funcionários das escolas profissionais primárias estaduais. Marcou a extinção da escola profissional para 1939.

O decreto não mencionou, mas ela seria substituída por uma Escola Profissional Agrícola de Pomicultura e Enologia, o que não aconteceu.

Na cidade, o ensino primário, de 1ª. a 4ª. série, era ministrado no Grupo Escolar “Cel. Flaminio Ferreira de Camargo” que não conseguia atender à procura de vagas. Assim, em resposta às reivindicações da população, a prefeita Maria Thereza, por ofício no. 887, de 25 de setembro de 1934, conforme narrativa de Almeida (2007, p. 24-36) solicitou permissão para a prefeitura ceder ao Estado a Praça José Bonifácio para a construção do Segundo Grupo Escolar, criado pelo Decreto nº 6.708, de 28 de setembro de 1934, que seria instalado em 1935. Por rivalidades políticas locais entre o Partido Republicano Paulista (do Major José Levy Sobrinho) e o Partido Constitucionalista (de Maria Thereza Silveira de Barros Camargo), as obras de construção do prédio ora avançavam ora paravam. E, conforme Trajano de Barros Camargo Filho, “sua mãe entrou em contato com a empresa vencedora da licitação para que iniciasse a construção do grupo escolar que ela se responsabilizaria pelas despesas até que viesse a verba”, segundo as memórias de Júlio Cesar de Barros Camargo. Assim foi feito.

O Segundo Grupo Escolar foi inaugurado em 7 de maio de 1939, durante a 1ª. Festa da Laranja. Dois anos depois, passou a se chamar Grupo Escolar “Brasil”, atual Escola Estadual “Brasil”.

Quanto ao processo político,

Em 1934, com as eleições para a Assembleia Estadual Constituinte de São Paulo, inicia-se uma guerra político-ideológica entre o Partido Republicano Paulista e o grupo do interventor Armando de Salles Oliveira, representado pelo Partido Constitucionalista, travada dentro dos seus principais órgãos de imprensa, os jornais Correio Paulistano e O Estado de S. Paulo [...] Nesta campanha, um elemento instigante são os usos da memória da revolução de 1932. 1932 foi ponto de encontro

⁶ Disponível em: www.imesp.com.br Acesso em: 10 jun. 2009.

das elites políticas paulistas e de desencontro com o chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas (SOUSA, 2010).

No pleito de 14 de outubro de 1934, foram eleitos trinta e seis deputados do Partido Constitucionalista, vinte e dois do Partido Republicano Paulista, um do Partido Socialista Brasileiro e um da Ação Integralista Brasileira, no total de sessenta deputados⁷. Maria Thereza Silveira de Barros Camargo e Maria Thereza Nogueira de Azevedo⁸, eleitas pelo PC eram as únicas mulheres da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Receberam, respectivamente, 223.091 e 223.819 votos. Foram eleitos também quinze deputados classistas, conforme estabelecia a Constituição, todos do sexo masculino, sem filiação partidária, sendo quatro representantes da lavoura e pecuária (dois deputados dos empregadores e dois dos empregados); quatro representantes da indústria (dois deputados representantes dos empregadores e dois dos empregados); quatro do comércio e transportes (dois representantes dos empregadores e dois dos empregados); um representante da imprensa, um representante dos funcionários públicos e um dos profissionais liberais. Ao todo, setenta e cinco deputados. Os constituintes se reuniram em 8 de abril e encerraram seus trabalhos em 9 de julho de 1935.

Conforme o Informativo da Divisão do Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo⁹, em um pronunciamento de 23 de maio de 1935, a deputada Maria Thereza Silveira de Barros Camargo lembrou a morte dos quatro estudantes, fato que originou o movimento MMDC, movimento ligado à Revolução Constitucionalista de 1932, de grande relevância para as elites paulistas e para os membros do Partido Constitucionalista. Em outro pronunciamento, a parlamentar apoiou a autonomia política dos municípios e se posicionou contra a sua autonomia financeira. Também, enalteceu uma pioneira da representação feminina, Carlota Pereira de Queiroz¹⁰, que, ao ser eleita em 1933, se tornou a primeira deputada federal do Brasil.

Maria Thereza de Barros Camargo defendeu o desenvolvimento

da sericicultura no Estado de São Paulo, considerando que a indústria da seda poderia gerar uma grande fonte de renda e, inclusive, tendo apresentado projeto de lei autorizando o governo do estado de São Paulo a receber, em doação, terreno oferecido pela prefeitura de Limeira para a instalação de uma estação sericícola experimental (INFORMATIVO DA DIVISÃO DO ACERVO HISTÓRICO, 2016, p. 5).

⁷ Disponível em: <https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/base-de-dados/anos-1930/deputados/deputados-classistas/> Acesso em: 28 mar. 2020.

⁸ De acordo com Schumacher e Brazil (p. 411) Maria Thereza Nogueira de Azevedo integrou a comissão de Saúde Pública e de Assistência Social. Alegando razões particulares, renunciou em 16 de maio de 1936.

⁹ Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/21674_arquivo.pdf Acesso em: 03 jan. 2023.

¹⁰ Eleita em 1933, a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz [...] que havia se notabilizado como voluntária na assistência aos feridos durante a Revolução Constitucionalista. Seria reeleita em 1934 (Ribeiro, 2012).



Figura 2: Deputada Maria Thereza na Assembleia (segunda fila do lado direito da foto).
Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Acervo Histórico, Ano II, no 6, abril/maio de 2016, p. 5.

Em 1937, Getúlio Vargas instaurou a ditadura do Estado Novo, dissolveu o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais.

Com a redemocratização do país depois de 1945, Maria Thereza Silveira de Barros Camargo não se lançou a qualquer cargo eletivo. Schumacher; Brazil (p. 411) afirmam que ela “se filiou ao Partido Social Democrático, fundado em 1945, e que foi presidente regional até a década de 1960”.

Em sua residência de S. Paulo, nos Jardins, e na chácara em Limeira, hospedou políticos como Adhemar de Barros e Getúlio Vargas (desafetos partidários), recebeu Jânio Quadros, Ulysses Guimarães, “presidentes da República, governadores de Estado, deputados, senadores, ministros, secretários” (Jornal de Limeira, 6 fev. 2000), bem como grandes artistas, como Guiomar Novaes, Carmem Miranda, Dalva de Oliveira, Procópio Ferreira, Joraci Camargo, Herivelto Martins, Elza Gomes, Manoel Pêra, Norma Geraldty, Sílvio Caldas, Hekel Tavares, entre outros (Schumacher e Brazil, p. 412).

Renato de Almeida, funcionário da Cia. Industrial Machina S. Paulo, entre 1949 e 1955, contando sobre Maria Thereza de Barros Camargo, afirmou que

segundo a mesma filosofia do Dr. Trajano de melhorar as condições de vida dos seus funcionários, a D. Therezinha fundou uma cooperativa de gêneros alimentícios, visando a venda de produtos com preços menores [...] que, na Assembleia Legislativa conseguiu uma verba substancial para o município, com a qual criou o Serviço Estadual de Sericicultura. [...] A Machina S. Paulo produziu máquina para fiação da seda, [D. Therezinha] incentivou seus funcionários a criar bicho da seda, de modo a garantir uma verba suplementar para eles (GAZETA DE LIMEIRA, 7 dez. 2008).

Em sua gestão, comprou uma prensa de setenta toneladas de aço fundido que para ser transportada até o barracão, foi necessária a construção de um desvio da ferrovia, como registrou Heflinger (p. 29).

D. Maria Thereza Silveira de Barros Camargo sempre esteve ligada à educação, às necessidades de seus funcionários, à comunidade limeirense. Dentro da Machina S. Paulo foi cogitada a ideia de uma sociedade de amparo à saúde dos trabalhadores da empresa, que vai dar origem à Sociedade Operária Humanitária (Cardoso,1990).

A Escola Industrial Trajano Camargo, originária da Escola Profissional Mixta Dr. Trajano Camargo, contou com o apoio material e a presença de Maria Thereza Silveira de Barros Camargo na aula inaugural, em 20 de março de 1953, e nas duas primeiras formaturas, como homenageada e convidada.

Faleceu em São Paulo, onde residia, aos 80 anos, no dia 29 de julho de 1975. Está sepultada, em Limeira, no Cemitério Municipal Saudade I, Quadra Velha – E, da Confraria de N. S. da Boa Morte e Assunção, no túmulo da família, juntamente com os filhos Luiz, David, Trajano Filho, Maria Thereza, a nora Antonia e o marido Trajano de Barros Camargo.

Era uma mulher íntegra, culta, batalhadora, que muitos serviços prestou a seus funcionários e à Limeira. Maria Thereza Silveira de Barros Camargo é o nome da avenida que nasce no final da Rua Dr. Trajano e de uma escola pública municipal de educação infantil e ensino fundamental - EMEIEF, localizada na Vila Queiroz (BENEDETTI, 2018).

Referências

ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi. **Escola Estadual “Brasil”**. Limeira: Editora e Gráfica Expressão de Limeira Ltda., 1 ed. 2007, p. 24-36.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE S. PAULO. **Informativo da Divisão do Acervo Histórico**. Ano II, no. 6 abril/maio 2016. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/21674_arquivo.pdf. Acesso em: 03 jan. 2023.

BRASIL. Decreto no. 21.076 de 24 de fevereiro de 1932. Disponível em: <https://www.2camara.leg.br>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BENEDETTI, Marlene Aparecida Guiselini. **Histórico**. Plano Plurianual de Gestão (PPG) da Etec Trajano Camargo. 2018-2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA. **Livro de Atas – 1925-1936**, p. 140-142.

CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA. **Livro de Leis, Decretos e Resoluções – 1921-1937**.

CAMARGO, Júlio Cesar de Barros. **Entrevista** concedida a Marlene Aparecida Guiselini Benedetti, em Limeira, em 2020.

CAPITAL FEDERAL (RJ). Freguesia de Sant’Anna. Certidão de batismo de **Maria Thereza**. Certidão registrada às fls. 189 do livro no. 23. Data do batismo: 17 set. 1895.

CARDOSO, João Augusto. **Dr. Trajano, cem anos de história dedicada à Limeira**. O Jornal, jan. 1990. Acervo do Centro de Memória da Etec Trajano Camargo, em 2016.

FOLHA DE S. PAULO. **Pressão de feministas levou o voto de mulheres há 90 anos**. 21 fev. 2022, A 6.

GAZETA DE LIMEIRA. **Maria Thereza de Barros Camargo**. 7 dez. 2008.

GAZETA DE LIMEIRA. **Prefeitura Municipal**. Anno IV, n. 283, 22 jul.1934.

GAZETA de LIMEIRA. **Suplemento histórico-1826-1980**. Limeira: Limeira Artes Gráficas.15 de setembro de1980, p. 40-41.

HEFLINGER JR., José Eduardo. Biografias dos patronos das escolas de Limeira. **Memória Limeirense VI**, 2º. fascículo. Limeira: Gráfica Editora Ltda., dez.1997-jan. 1998.

JORNAL DE LIMEIRA. **A primeira prefeita do Brasil**. 6 fev. 2000, p. 3.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayse. **História do Brasil**. São Paulo: Atual, 1996, 7 ed., p. 276-280.

O ESTADO DE S. PAULO. **Prefeitura de Limeira**. 17 jul.1934.

PIRACICABA (SP). Distrito de Paz da cidade de Piracicaba. Certidão de nascimento de **Maria Thereza**. Data de nascimento: 12 nov. 1894. Data de registro: 31 ago. 1895.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. **Mulher e o Voto**. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/277_arquivo.pdf. Acesso em: 1o. maio 2017.

SHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (org.). **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p.411- 412.

SOUSA, Carolina Soares. **O Partido Republicano Paulista e o Partido Constitucionalista nas eleições ao governo Constitucional de São Paulo em 1934: a disputa pelo uso e a interpretação da memória da Revolução de 1932**. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1278432755_ARQUIVO_trabalhocompletoanpuhRJ.pdf. Acesso em: 06 jul.2018.

Marlene Aparecida Guiselini Benedetti

Curadora do Centro de Memória da Etec Trajano Camargo

2025